

Diferença salarial de mais pobres reduz 22%, diz estudo do BNDES

(Nilson Brandão Júnior)

A diferença entre a média salarial da população e dos 25% com menor rendimento caiu de 5,4 vezes no primeiro semestre de 1995 para 4,2 vezes no primeiro semestre deste ano. A diferença, apesar de ainda grande, caiu em 22% no período. O dado consta de um estudo divulgado nesta quinta-feira pelo Banco Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tenta demonstrar a importância do salário mínimo na redução da desigualdade no trabalho.

O levantamento afirma que o grupo dos 25% mais pobres no mercado de trabalho é a parcela "mais afetada pela política de valorização do salário mínimo". Segundo o estudo, assinado pelo economista Antonio Prado, não houve nos últimos dez anos diferenças em termos de crescimento da economia ou dinamismo setorial que justifique a redução da distância dos mais pobres com relação à média do mercado.

"O salário mínimo apresenta-se, portanto, como fator determinante principal", registra o trabalho. Depois de registrar que o mínimo tem 60 anos no País e sempre foi alvo de "controvérsias intensas", o autor argumenta que tem havido valorização contínua do salário mínimo e os resultados dessa política incluem a queda "significativa" da pobreza dentre os trabalhadores da pirâmide social. O trabalho informa, ainda, que há recuo consistente na desigualdade das rendas sociais, e cita a abrangência das políticas de transferências.

Na prática, Prado explica que há pobres no mercado de trabalho, que podem ser atendidos pelo salário mínimo, e fora do mercado, que ele chama de excluídos, para os quais defende a importância dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Por isso, ele explica que não faz sentido opor os gastos com aumentos do mínimo às despesas das receitas usadas para as transferências.

"Opor os dois é como se dizer que vai tirar do pobre do mercado de trabalho para dar aos que estão fora do mercado", disse o economista. Ele afirma que outras despesas concorrem com os gastos do programa de transferência, como o pagamento com os serviços da dívida. "O orçamento não é só isso (gastos com o mínimo)", argumentou, citando que o recuo dos juros reais (sem inflação) geraria recursos livres para financiar programas de transferência.

Debate

Desde o fim de agosto, o BNDES é pelo menos a quarta instituição que entra no debate sobre o mínimo. Em agosto, o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), demonstrou que a maior queda da desigualdade na renda do trabalho ocorreu no primeiro semestre de 2004, quando não houve aumento real do salário mínimo e que, apesar dos ganhos em 2005 e 2006, o avanço da desigualdade foi menor, com base em dados das maiores regiões metropolitanas.

Em seguida, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) saiu em defesa do mínimo, destacando seus efeitos sobre a população que ganha até dois salários. Semana passada foi a vez de o Ipea divulgar estudo que qualifica o salário mínimo como um "instrumento muito pouco efetivo" no combate à pobreza. O trabalho, na prática, compara a eficácia do Bolsa Família e do mínimo no combate à pobreza.

O estudo do Ipea mostra que o Bolsa Família é duas vezes e meia mais eficiente do que o mínimo para reduzir a pobreza e sete vezes mais eficaz para diminuir a chamada extrema pobreza. O trabalho utilizou a média das diferentes linhas de pobreza e extrema pobreza, com valores de renda mensal de R\$ 154,00 e de R\$ 77,00 respectivamente. O estudo do Ipea foi realizado pelos economistas Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco.</td>